L/Q
Lira & Quaresma
Advogados

PARECER JURÍDICO FINAL

Da: Assessoria jurídica.

Para: Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Assunto: Contratação de empresa para o fornecimento de mobília e aparelho eletrônico par atender as necessidades da Câmara Municipal de São Domingos do Capim (Pa).

Interessado: Presidente/CPL.

O presente parecer recebe a seguinte ementa:

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO –
001/2022 - CV/CPL/PMCA- CONVITE. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA O FORNECIMENTO DE MOBÍLIA E APARELHO ELETRÔNICO PAR
ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
DOMINGOS DO CAPIM (PA).**

I - RELATÓRIO:

A Câmara municipal de São Domingos do Capim, contratação de empresa para o fornecimento de mobília e aparelho eletrônico par atender as necessidades da Câmara Municipal de São Domingos do Capim (Pa).

E, para verificação da formalidade, legalidade e regularidade do procedimento licitatório adotado, antes de dar início as próximas fases do processo, solicita a presidente da Comissão Permanente de Licitação parecer jurídico desta.

É o relatório, passo a **opinar**.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe

L/Q
Lira & Quaresma
Advogados

cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais.

Ressalto, ainda, que a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa e, por tal motivo, as orientações apresentadas não se tornam vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por esta Consultoria Jurídica.

Ressalto, ainda, que a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa e, por tal motivo, as orientações apresentadas não se tornam vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por esta Consultoria Jurídica.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93.

No que tange ao cumprimento do disposto no artigo 38º, da Lei nº 8.666/93 e possível concluir que todas as formalidades foram respeitadas. Pois, o procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo, autuado, protocolado, assinado e numerado.

De logo, nota-se, manifestação do setor financeiro comprovando a existência de dotação orçamentária própria para contratação.

Pois bem, a Constituição da República de 1988 instituiu a licitação como regra nas contratações realizadas pela Administração Pública, conforme se verifica no inciso XXI, art. 37, da Carta Magna. Ao

L/Q
Lira & Quaresma
Advogados

agir assim, busca-se obter a melhor contratação, ou seja, aquela mais vantajosa para a Administração Pública com observância dos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Segundo o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello[1]:

"a licitação visa alcançar duplo objetivo: proporcionar às entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se a isto) e assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais pretendam realizar com os particulares."

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União, a licitação não é mera formalidade burocrática, visto que fundada em princípios maiores, quais sejam a isonomia e a impessoalidade.

Não obstante, somente, em condições excepcionais, com base no princípio da eficiência, a lei prevê a possibilidade da dispensa da licitação. Vejase:

ACÓRDÃO Nº 34/2011 – PLENÁRIO – REL. MIN. AROLDO CEDRAZ:

12. A obrigação de licitar não é mera formalidade burocrática, decorrente apenas de preceitos legais. Ela se funda em dois princípios maiores: os da isonomia e da impessoalidade, que asseguram a todos os que desejam contratar com a administração a possibilidade de competir com outros interessados em fazê-lo, e da eficiência, que exige a busca da proposta mais vantajosa para a administração.

13. Assim, ao contrário do afirmado nas justificativas apresentadas, a licitação, além de ser exigência legal, quando bem conduzida, visa - e permite - a obtenção de

L/Q
Lira & Quaresma
Advogados

ganhos para a administração. E quando a possibilidade de prejuízos existe, a própria lei, novamente com base no princípio da eficiência, prevê os casos em que o certame licitatório pode ser dispensado.

Cabe esclarecer que o Art. 23, inciso II, "a" da Lei Federal 8.666/93, com as alterações do Decreto nº 9.412, de 2018, prevê que a licitação poderá ser por CONVITE, para compras e serviços com valor global até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil).

É o que podemos notar na leitura dos dispositivos legais citados abaixo:

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

II - tomada de preços;

III - convite;

IV - concurso;

V - leilão.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

Considerando que o valor da contratação não compensa os custos da administração com o procedimento licitatório, e que o serviço em questão possui o valor total estimado de, no máximo, **R\$ 56.780,82 (cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos)** respeitando o limite previsto na alínea "a", do inciso I do Art.23 que é de

L/Q
Lira & Quaresma
Advogados

R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) a modalidade escolhida se enquadra nas diretrizes contidas na lei, estando assim, portanto o processo regular, sem a necessidade de qualquer reparo, cumprindo assim, as disposições de ordem legal no que agiu a Comissão Permanente de Licitação- CPL de acordo com a Lei.

Por fim, constata-se que a minuta do Instrumento Convocatório, efetivamente preenche os requisitos contidos no Art. 40, motivo pelo qual podemos informar que o mesmo obedece aos termos da lei 8.666/93.

Da mesma forma a minuta do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, que acompanha o edital, encontra-se em consonância com o Art. 55 da lei 8.666/93, observando todas as exigências cabíveis, sendo coerente com as disposições do edital.

III – CONCLUSÃO:

Diante tudo que foi exposto, **OPINA** esta assessoria jurídica, pelo processamento do presente certame na modalidade **CONVITE**, pela correta adequação jurídica do presente certame, por conseguinte, o retorno dos autos a Comissão Permanente de Licitação – CPL para que se providenciem as medidas processuais ulteriores, como fim de cumprir como seu objetivo, após adotar medidas de atendimento a publicidade.

É o parecer que encaminho, respeitosamente, para análise da autoridade superior.

São Domingos do Capim/PA, 10 de agosto de 2022.

VANDERSON QUARESMA DA SILVA
OAB/PA Nº 17.266